

INDENIZAÇÕES

Ministério Público atrasa investigações

Lentidão e falta de recursos impedem que inquéritos tenham perícias contestadas

SILVIO BRESSAN

A lentidão e a falta de recursos do Ministério Público Estadual estão prejudicando a investigação sobre as superindenizações ambientais em São Paulo. Pelo menos 17 inquéritos a respeito do assunto estão parados à espera de levantamentos técnicos para contestar as perícias realizadas nesses casos. Os inquéritos foram instaurados entre outubro de 1997 e fevereiro de 1998 para apurar a origem dos excessivos valores cobrados por indenizações de áreas situadas na Serra do Mar. Apenas um vi-

rou ação por improbidade administrativa, apresentada em novembro do ano passado, contra o perito José Eduardo Narciso. Desde então, os outros processos continuam parados.

Na ação proposta contra o perito, o ministério contou com a ajuda do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que com fotos digitalizadas de satélite e levantamentos técnicos contestaram os dados da perícia. Por uma área de 33 mil hectares, no Parque Estadual do Jacupiranga, no Sul do Estado, a Itaoca S/A estava pedindo uma indenização de R\$ 325 milhões.

Com base nos relatórios do Inpe e IPT, os promotores Paulo Penteado e Marcelo Daneluzzi contestaram a avaliação, que no seu entender não poderia ultrapassar a R\$ 15 milhões.

Por isso, pediram suspensão dos direitos políticos do perito e a multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida por ele no processo. O perito contestou a ação e houve uma réplica dos promotores. O caso está no Fórum de Jacupiranga, mas até agora é o único processo que andou desde que o ministério entrou na briga.

O procurador-chefe do Ministério Público, Luiz Antônio Marrey, admite a existência de dificuldades, mas não concorda que os inquéritos estejam parados. "Não diria isso, porque é uma frase muito forte", considerou Marrey. "Os inquéritos já estão nas suas comarcas à espera de perícias, que não

são nem baratas e nem rápidas", explicou o procurador. "Mas existem três ações por falsa perícia em Ubatuba."

De acordo com Marrey, as perícias costumam demorar até dez meses. "Além disso, o IPT e o Inpe não fazem isso de graça e eu não tenho de onde tirar recursos", advertiu. De qualquer forma, Marrey acha que alguma coisa precisará ser feita. "Al-

guém do setor público terá de arcar com essas despesas de perícia", diz. "Quanto mais não seja pelo custo-benefício desses processos, que podem representar uma economia extraordinária."

MARREY
DISCORDA
DE
MOROSIDADE

Documentação

SOCIOARQUIVISTAS

Fonte: *JR*

Data: *18/8/99* Pg. *16*

Class.: *1375*